

**PET no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.507 - GO (2018/0188112-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**REQUERENTE : JOAO MARCELO PRETO FERRAZ**  
**ADVOGADO : ADEMIR GOMES DE SOUZA - GO032519**  
**REQUERIDO : MARIA ISABEL ESPINDOLA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : SALMA REGINA FLORÊNCIO DE MORAIS E OUTRO(S) - GO015036**  
**REQUERIDO : MARIA DO ROSARIO E SILVA**  
**REQUERIDO : PAULO ROBERTO SILVA FERRAZ**  
**ADVOGADO : RIVER PAULO SIQUEIRA DE SOUZA - GO021619**  
**INTERES. : JOAO MARCELO DE MORAIS PRETO FERRAZ**  
**INTERES. : DIVINO ANDRADE DE SANTANA**

**DECISÃO**

O requerente, às fls. 1.194/1.198 (e-STJ), alega que seu patrono, Dr. ADEMIR GOMES DE SOUZA, OAB/GO n. 32.519, apesar de regularmente constituído nos autos, não foi intimado do julgamento da apelação pelo TJGO nem dos atos que se seguiram.

Aduz que, à fl. 817 (e-STJ), foi juntado substabelecimento sem reservas, tornando o referido causídico seu único representante, de forma que a ausência de intimação em seu nome geraria nulidade.

Afirma ter verificado, por meio de pesquisa no DJe do STJ, que todas as intimações foram disponibilizadas em nome de advogado diverso.

Requer a declaração de nulidade de todos os atos processuais desde a juntada do substabelecimento de fl. 817 (e-STJ), bem como o retorno dos autos à origem para sua devida intimação e prosseguimento do processo.

Intimados, os agravados apresentaram manifestação, às fls. 1.202/3.234 (e-STJ), requerendo o não conhecimento do pedido ou sua rejeição, a aplicação de multa por litigância de má-fé e a majoração de honorários advocatícios.

É o relatório.

Decido.

Apesar de alegar não ter sido intimado do julgamento da apelação, o referido advogado, Dr. ADEMIR GOMES DE SOUZA, OAB/GO n. 32.519, foi um dos subscritores dos embargos de declaração opostos contra o acórdão que julgou a apelação (e-STJ fls. 879/881), bem como do recurso especial físico (e-STJ fls. 914/932), tendo assinado os recursos juntamente com a DRA. SALMA REGINA FLORÊNCIO DE MORAIS, OAB/GO 15.036, a qual lhe teria substabelecido os poderes de mandato.

Foi também o único que subscreveu o especial apresentado de forma eletrônica

em nome dos três recorrentes (e-STJ fls. 990/1.007).

Isso corrobora a afirmação da parte contrária, de que as publicações, tanto do acórdão da apelação quanto do acórdão dos aclaratórios, foram feitas também em nome do Dr. Ademir.

Tais fatos demonstram que o referido causídico estava plenamente ciente do julgamento da apelação e que, apesar do substabelecimento juntado, ele e a Dra. SALMA REGINA FLORENCIO DE MORAIS continuaram oficiando no feito em conjunto, fazendo parte inclusive do mesmo escritório de advocacia.

Depois disso, a Dra. Salma foi quem complementou o preparo do especial (e-STJ fl. 957), apresentou agravo nos próprios autos (e-STJ fls. 1.064/1.075) e agravo interno (e-STJ fls. 1.155/1.161) em nome dos três recorrentes.

Ou seja, mesmo após o substabelecimento ter sido juntado aos autos, a substabelecente assinou peças em conjunto com o substabelecido e outras sozinha.

Não há justificativa para que uma advogada que substabeleça sem reservas – ou seja, que pretende deixar de representar a parte – continue oficiando em seu nome, e mais, sem nada alegar nesse sentido. Se estivesse recebendo as intimações de forma equivocada, deveria ter alegado isso nos autos, mas, ao contrário, continuou dando cumprimento, tendo atendido a todos os comandos legais.

Agindo dessa forma, não pode agora a parte alegar nulidade à qual deu causa. Nesse sentido, julgado proferido em ação penal, mas que também se aplica ao processo civil:

HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. NULIDADES. USO DE ALGEMAS EM AUDIÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE DEFESA. NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIOS DA LEALDADE E BOA-FÉ OBJETIVA. NEMO AUDITUR PROPRIAM TURPITUDINEM ALLEGANS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO NA SENTENÇA. RÉU QUE RESPONDEU A AÇÃO PENAL PRESO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...)

V - Se a defesa então constituída juntou substabelecimento nos autos, sem reservas, mas continuou atuando em favor do paciente, deixando de se insurgir contra o não comparecimento dos novos causídicos, não pode, agora, lançar mão deste argumento para arguir que está configurada nulidade, considerando que vige no sistema processual penal o princípio da lealdade, da boa-fé objetiva e da cooperação entre os sujeitos processuais, não sendo lícito à parte arguir vício para o qual concorreu em sua produção, sob pena de se violar o princípio de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza - nemo auditur propriam turpitudinem allegans.

(...)

(HC 457.024/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018.)

Posto isso, INDEFIRO o requerimento.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Deixo de aplicar multa por litigância de má-fé porque não evidenciada, até o momento, conduta maliciosa ou temerária a justificar tal sanção.

Além disso, descabido o pedido de honorários recursais, uma vez que, nos termos da jurisprudência desta Corte, a verba advocatícia deve ser majorada apenas uma vez em cada grau de jurisdição.

Decorrido o prazo, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao arquivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator